



Senado começa a analisar texto do novo Código Penal

Ampliação dos casos de aborto legal e descriminalização de plantio de maconha para consumo próprio são itens polêmicos do projeto elaborado por juristas

Líderes partidários vão indicar 11 senadores para comissão que fará parecer sobre proposta elaborada por juristas. O projeto de lei protocolado ontem foi assinado pelo presidente do Senado, José Sarney, que, apesar de não modificar o texto, fez questão de declarar

o seu posicionamento contrário a artigos sobre eutanásia, aborto e drogas. Pela proposta, o Código Penal passa de 396 para mais de 500 artigos ao absorver leis autônomas, como a de Drogas e a da Lavagem de Dinheiro, além de artigos do Estatuto do Idoso e o da Criança e do Adolescente. **2**

Geraldo Magela/Agência Senado



Deputado Sarney Filho fala na audiência do Senado que tratou da Rio+20

Para ONG, Rio+20 não conseguiu avançar na proteção dos oceanos

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, o diretor do Instituto Sea Shepherd no Brasil, Wendell Estol, disse que a Conferência Rio+20, realizada no mês passado,

não chegou a medidas capazes de proteger os oceanos, controlados, segundo ele, por “diversas máfias”. Estol citou como problemas a caça indiscriminada de baleias e tubarões. **7**

Luiz Henrique apresenta hoje parecer à MP do Código Florestal **7**

Cristovam e Benedito cobram solução para greve de servidores **8**

Para Cristovam, não se justifica uma greve de professores universitários durar 60 dias. Benedito de Lira pediu que “o diálogo seja fomentado”. **8**

Pesar pela morte de Ronaldo Cunha Lima

Discursos em Plenário homenagearam ontem o ex-senador paraibano Ronaldo Cunha Lima, que morreu sábado, aos 76

anos, vítima de câncer no pulmão. Poeta, o ex-senador também cumpriu mandatos de deputado, governador e vereador. **6**



Em 1999, durante mandato na Casa, Ronaldo Cunha Lima (E) participa de cerimônia de posse dos senadores

Ministro do STF nega pedido para voto aberto em caso de cassação **3**

Perda de mandato será maior injustiça do Parlamento, diz Demóstenes Torres **3**

Senador fez ontem o quinto pronunciamento para se defender da acusação de quebra de decoro parlamentar. Plenário decide amanhã se cassa o mandato **3**

Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR



Lei não evita aumento da violência contra mulher **4 e 5**

Mapa da Violência 2012 mostra que, apesar do rigor da Lei Maria da Penha e de investimentos em políticas públicas, índice de homicídios de mulheres continua alto. De 1980 a 2010, 91 mil foram assassinadas. O número de mortes aumentou 217,6% no período — de 1.353 em 1980 para 4.297 em 2010. **4 e 5**

Casa-abrigo de Brasília homenageia mães: entre 84 países, Brasil é o sétimo em assassinato de mulheres

especial
Cidadania

Texto preparado por uma comissão especial de juristas tem propostas polêmicas, como a ampliação dos casos de aborto legal e a descriminalização de plantio de maconha para consumo próprio

Projeto do novo Código Penal começa a tramitar

O ANTEPROJETO DO Código Penal, entregue por uma comissão especial de juristas após mais de sete meses de trabalho, foi apresentado ontem pela Mesa do Senado com propostas polêmicas: transforma a exploração dos jogos de azar em crime, descriminaliza o plantio e o porte de maconha para consumo próprio, amplia possibilidades do aborto legal e reforça a proibição da embriaguez ao volante.

O PLS 236/12, com justificacão assinada pelo presidente do Senado, José Sarney, agora espera a formação de uma comissão temporária de 11 senadores para discussões e mudanças. Líderes partidários indicarão os parlamentares que integrarão o grupo, de acordo com a proporcionalidade partidária. O parecer da comissão será votado pelo Plenário e, se aprovado, segue para a Câmara. O último passo é a sanção presidencial.

Na justificacão, Sarney afirma que o projeto deve ser aperfeiçoado. Ele explica que apresentou o texto da comissão sem alterações, mas, por uma questão de “consciência e religião”, sente-se no dever de declarar o seu posicionamento contrário a vários artigos sobre eutanásia, aborto e drogas.



Dipp (C) entrega a Sarney, em 27 de junho, anteprojeto relatado por Gonçalves (D)

— Minha assinatura no projeto não significa que encampo todas as teses; na realidade, o meu encaminhamento é uma função institucional como presidente do Senado — disse.

Avanços

Sarney ressalta, porém, que o projeto traz avanços notáveis ao endurecer o tratamento penal conferido à tortura, ao garantir proteção maior aos animais e ao enfrentar o *bullying*, entre outros temas.

O projeto está organizado em mais de 500 artigos, enquanto o atual Código Penal tem 356. Segundo o relator da comissão de juristas, o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves, a maior quantidade de artigos decorre da incorporação de

aproximadamente 130 leis que abordam temas penais de forma autônoma, como as leis de Drogas e da Lavagem de Dinheiro. Também foi absorvida a parte de crimes de leis abrangentes, como o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sarney reúne-se hoje às 14h30 com os integrantes da Mesa para aprovar um calendário de votações no período eleitoral, quando alguns senadores devem se ausentar para participar das campanhas. Na reunião, Sarney deve apresentar sua ideia de esforço concentrado para votações, com duas semanas em agosto e uma em setembro, ficando a definição sobre outubro na dependência do curso das eleições.

Roberto Requião reclama de preços pagos pelo Senado por passagens aéreas

A agência de viagens que presta serviços ao Senado pagou por uma passagem aérea mais do que o dobro do que um cidadão pagaria se a retirasse diretamente, afirmou Roberto Requião (PMDB-PR).

O senador disse que por sua viagem para Montevidéu, no Uruguai, para presidir uma

reunião do Parlasul, o Senado pagou R\$ 3.414, enquanto passagens pagas por ele para sua esposa, no mesmo voo, custaram R\$ 1.654, “sem nenhuma oferta ou promoção”.

Para Requião, é preciso acabar com esse “abuso com o dinheiro público”. Waldemir Moka (PMDB-MS), que



Requião aponta diferença entre preços cobrados para o mesmo voo

presidia a sessão, assegurou que o assunto será apurado.

Ângela Portela comemora os 122 anos de Boa Vista



Ângela Portela (PT-RR) parabenizou Boa Vista, capital de Roraima, pelos 122 anos de emancipação do município. Boa Vista, disse, é uma cidade bonita, jovem e em plena ascensão e desenvolvimento.

Conforme Ângela, Boa Vista tem uma história relevante no cenário nacional. Nos últimos dez anos, afirmou, a cidade cresceu, tornando-se centro acadêmico da região Norte, com nove instituições de ensino superior, sendo quatro públicas. Em breve, Boa Vista contará com um teatro municipal para 1.200 pessoas e uma central de distribuição de alimentos.

Jucá destaca aniversário da capital de Roraima



Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou ontem o aniversário de 122 anos de Boa Vista. Ele destacou o perfil acolhedor da cidade, que tem seu Centro Cívico inspirado no traçado de Paris.

— Boa Vista é um caldeirão de pessoas dos mais longínquos estados, pessoas importantes na construção da cidade — disse.

O senador comemorou a assinatura, que ocorre hoje, de protocolo de intenções para transmissão da TV Senado em sinal aberto em Boa Vista. Ele citou sua participação na implantação da área de livre comércio e na criação da Zona de Processamento de Exportação de Boa Vista.

Blairo rejeita acusação de chantagem no relacionamento com o governo federal

Blairo Maggi (PR-MT) repudiou a matéria “Temporada de chantagem”, da revista *Época* desta semana. Citado na reportagem, Blairo disse que suas cobranças e reclamações junto ao governo federal não configuram chantagem, como afirmou a revista.

O senador informou que, em recente reunião do bloco PR-PTB-PSC, reclamou da maneira como as votações de medidas provisórias são negociadas no Congresso. O governo, disse,



Waldemir Barreto/Agência Senado

não dá oportunidade para parlamentares apresentarem emendas que considerem necessárias.

— Essa é nossa função, dizer as coisas que

não estão funcionando. Mas daí passar para que isso seja uma chantagem é uma coisa muito diferente.

Depois da reunião do bloco, disse Blairo, a presidente Dilma Rousseff ligou para solidarizar-se com ele, pois passara 12 dias hospitalizado. O telefonema, disse, não teve ligação com as reclamações contra o governo.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h15 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pauta trancada

14h A pauta está trancada pela medida provisória que abre crédito extraordinário para os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional (MP 566/12).

PRESIDÊNCIA: Rádio e TV Senado

11h30 Sarney assina protocolo de intenções com assembleias do Pará e de Roraima para rádio e TV; às 14h30, participa de reunião da Mesa; às 15h30, da reunião de líderes; às 16h, preside a ordem do dia. Às 19h, vai à outorga da Medalha Mérito Legislativo da Câmara.

AVIAÇÃO CIVIL: Combustível

10h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, discute o impacto dos preços dos combustíveis sobre a atividade aérea. A audiência faz parte do ciclo de debates sobre políticas públicas para a aviação civil.

CE: Presença de ministro

10h O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, vai à Comissão de Educação para falar sobre as prioridades da pasta. O Programa Nacional do Livro Didático está entre os temas.

AMAZÔNIA E FAIXA DE FRONTEIRA: Política nacional

10h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira analisa minuta de projeto que cria a Política de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

CPI DO CACHOEIRA: Prefeito de Palmas

10h15 O prefeito de Palmas, Raul Filho, depõe na comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Cachoeira com políticos e empresas.

CAE: Aposentados

11h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que permite aos aposentados pobres a dedução das despesas com medicamentos no cálculo do Imposto de Renda.

CONGRESSO: Deliberações

11h Sessão conjunta do Congresso, na Câmara, para leitura e apreciação de expedientes e deliberação de projetos do Congresso com pareceres da Comissão Mista de Orçamento.

CMA: Fidelização

11h A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor analisa projeto que disciplina serviços de telecomunicações que exijam período mínimo de permanência em certo plano.

CCJ: Aluguel

14h30 O locador só deverá reparar danos a terceiros se tiver culpa direta. É o que propõe projeto em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CMO: Diretrizes orçamentárias

14h30/18h/20h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se no Plenário 2 da Câmara para examinar o relatório do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

MERCOSUL: Isenção de IPI

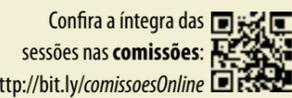
15h Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para votar texto que dá isenção do IPI para aquisição de máquina e equipamento agrícola para uso nacional.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 11h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Simon critica CUT pela defesa dos réus do mensalão

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a nova direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), empossada recentemente, acerta quando defende imparcialidade no julgamento do mensalão, mas erra quando promete ir às ruas defender os réus do julgamento — que começará mês que vem no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2005, quando o mensalão veio à tona, a CUT reuniu pessoas em Brasília para manifestação em defesa do governo Lula, observou Simon.

O senador disse ainda que, ante reivindicações salariais de diversas categorias ligadas à CUT, a presidente Dilma Rousseff tem mostrado uma posição que merece respeito, até sendo inflexível com diversas classes em greve no serviço público, mandando cortar o ponto.

O senador registrou ainda que, durante os oito anos do governo Lula, a CUT foi “a favor do governo em qualquer circunstância e não pode agora criar esse tipo de situação, esse tipo de crise para o nosso governo”.

Pedro Simon afirmou que confia no julgamento do mensalão, que classificou como “o início de um país que pode terminar com a impunidade e começar a nova caminhada”.

Alvaro afirma que impeachment de Lugo foi válido

Waldemir Barreto/Agência Senado



A validade do *impeachment* do então presidente do Paraguai Fernando Lugo foi defendida por Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador visitou o país na semana passada e ouviu do presidente da Suprema Corte que a ação de inconstitucionalidade movida por Lugo não apresentou elementos jurídicos que pudessem invalidar o processo.

— Na Suprema Corte, ouvimos as considerações jurídicas do seu presidente, justificando a validade dos procedimentos adotados, corretos constitucionalmente e transparentes politicamente — disse o senador.

Alvaro lembrou que a destituição foi feita por voto aberto e que houve direito de defesa.

Em decisão liminar, ministro Celso de Mello afirmou que não pode contrariar Constituição, que prevê voto secreto para perda de mandato

STF nega pedido de Ferraço por voto aberto no processo contra Demóstenes

O MINISTRO CELSO de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para que o Senado tornasse aberta a votação em processos de perda de mandato parlamentar.

A decisão do ministro foi liminar (válida até o julgamento do mérito).

Atualmente, por determinação da Constituição, as votações de perda de mandato parlamentar precisam ser secretas.

Ferraço havia pedido ao STF, por meio de um mandado de segurança, que obrigasse a Mesa do Senado a estabelecer um procedimento eletrônico para que os votos dos senadores fossem individualizados e divulgados na votação do projeto de resolução (PRS 22/12) que trata da cassação do mandato do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) por quebra do decoro parlamentar.

Esse projeto está na pauta de amanhã do Plenário do



Ana Amélia: apesar de decisão do STF, senadores podem revelar seus votos

Senado. A sessão extraordinária começará às 10h.

Na decisão em que negou o pedido de Ferraço, o ministro Celso de Mello informou que “não poderia desconhecer o caráter impositivo da cláusula de sigilo”, que está prevista na Constituição em casos de cassação de mandato.

Iniciativa própria

A senadora Ana Amélia (PP-RS) subiu ontem à tribuna



Ricardo Ferraço: pedido ao STF para que voto aberto fosse obrigatório

para falar da decisão liminar do STF.

Ela lembrou que, apesar da recente aprovação no Senado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 86/07, que prevê voto aberto em caso de cassação de mandato de senadores e deputados federais, não seria possível a alteração do rito para a sessão que pode cassar o mandato de Demóstenes, amanhã.

A PEC foi aprovada pelo

Senado na semana passada. Agora será votada pela Câmara dos Deputados.

De acordo com a senadora, porém, isso não impede que os senadores tornem públicos seus votos, por iniciativa própria.

Ana Amélia disse que Demóstenes Torres sabe que o julgamento será político.

Ela lembrou que a aprovação do relatório no Conselho de Ética do Senado e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi por unanimidade.

— Não estão em causa a figura e o personagem, mas os atos praticados na questão do decoro parlamentar. E é exatamente nessa medida que nós todos, os senadores, iremos executar a nossa responsabilidade. Vamos exercer o nosso direito de votar com consciência, pensando na defesa desta instituição [Senado], que tem que preservar o seu conceito perante a sociedade brasileira.

Demóstenes: cassação seria “maior injustiça” do Parlamento

Ontem, em seu quinto discurso de defesa na tribuna do Plenário, o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) afirmou que a cassação de seu mandato, se for aprovada amanhã, será “a maior injustiça da história do Parlamento brasileiro”.

— A expectativa é, depois dessa injustiça tramada contra mim, ampliar a confusão e a insegurança jurídica — afirmou.

Para ele, a injustiça será cometida porque o processo é inconstitucional — já que desrespeitou o “princípio do juiz natural” e violou o princípio da ampla defesa.

Para ele, o processo é também injusto por não existirem provas, visto que os indícios apresentados “foram colhidos ilegalmente e vazados de forma criminoso”. Ele se disse vítima de uma “campanha monstruosa e cruel”, com a divulgação de trechos montados,

editados e exagerados dos áudios sobre a investigação para incriminá-lo.

Demóstenes apontou irregularidades desde a origem do processo, com a representação do PSOL, que em sua opinião foi baseada apenas em notícias de jornais e não especificou como ele teria quebrado o decoro. Para o senador, se não fosse a pressão exercida pela imprensa, a representação teria sido arquivada por não conter os elementos mínimos que ensejariam uma investigação.

Demóstenes negou ser “articulador do jogo no Senado”, como diz o texto aprovado no Conselho de Ética, e questionou quais senadores ele teria procurado, como lobista, em favor da legalização.

Ele salientou nunca ter negado o relacionamento com o contraventor Carlinhos Cachoeira, apenas ter dito que nunca manteve negócios



Em discurso na tribuna, Demóstenes Torres volta a se dizer inocente

com ele. Afirmou que receber presentes ou brindes, como diz o relatório, não caracteriza uma relação de negócios.

O parlamentar recordou o processo de cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão, afirmando que na ocasião se estabeleceu um precedente informal no Parlamento, o de que “faltar com a verdade no uso da tribuna” torna-se motivo para cassação. Segundo ele, nada do que o parlamentar disser na tribuna pode ser considerado quebra de decoro.

— Ninguém deve mentir.

Senador não deve mentir. Mas, se mentir, não se configura quebra de decoro — disse.

Ele explicou o que pode ser considerado quebra de decoro: a violação dos deveres de convivência dentro do Congresso, e não suas atitudes fora.

— Um deputado ou senador pode sim perder o mandato por cometer crimes, mas quem decide se ele incorreu em delito é o Supremo Tribunal Federal. É impossível travestir a quebra de decoro para estendê-la além da tipificação contida na Carta Magna.

Eleitor deve ver se governante cumpriu promessa, diz Souza



O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ressaltou a importância do voto consciente nas eleições municipais e pediu que os cidadãos reflitam ao escolher seus candidatos.

Para ele, o Brasil ainda tem problemas no momento de escolher os representantes. As eleições

municipais, em outubro, disse, são uma oportunidade de mudar o quadro.

— Agora é a hora de escolher um candidato comprometido. É o momento de avaliar se os que já estão no mandato cumpriram as promessas e se elas são passíveis de serem cumpridas.

Sérgio Souza lembrou que os brasileiros darão aos eleitos “um cheque em branco para gastar o dinheiro da nossa conta”.

Sérgio Souza citou pesquisa feita em Curitiba na qual 80% das pessoas ouvidas afirmaram não lembrar em quem haviam votado para deputado estadual e federal.

Mapa aponta aumento da violência contra a mulher

Apesar da severidade da Lei Maria da Penha e do maior investimento em políticas públicas, o índice de homicídios de mulheres continua alto, fazendo do Brasil o sétimo colocado em lista que contabiliza assassinatos de mulheres em 84 países

Joseana Paganine

DE 1980 A 2010, 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, mais de 43 mil só na última década. As que têm entre 15 a 39 anos correm mais risco. E o local de maior perigo para elas é a própria casa.

Isso é o que mostra o *Mapa da violência 2012 — homicídios de mulheres no Brasil*, publicado pelo Instituto Sangari em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). O documento afirma que houve um aumento de 217,6% no número de mulheres assassinadas no país em 30 anos, saltando de 1.353 mortes em 1980 para 4.297, em 2010.

De acordo com o mapa, o aumento mais significativo no número de homicídios femininos ocorreu até 1996. Desde então, a taxa se mantém praticamente a mesma: cerca de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Mas essa

estabilidade não é boa notícia, pois mostra que, apesar dos avanços em legislação e políticas públicas, o país não tem conseguido oferecer proteção efetiva à mulher.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa coloca o Brasil na sétima posição em lista que contabiliza homicídios femininos em 84 países. O índice brasileiro só perde para os de El Salvador (10,3), Trinidad e Tobago (7,9), Guatemala (7,9), Rússia (7,1), Colômbia (6,2) e Belize (4,6).

O mapa revela ainda que o estado mais violento do Brasil é o Espírito Santo, com 9,4 homicídios para cada 100 mil mulheres, seguido de Alagoas (8,3) e Paraná (6,3).

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher identificou, em diligências realizadas nesses estados, a precariedade da estrutura de atendimento, que

se traduz em falta de delegacias, de pessoal qualificado e de varas especializadas, como a principal causa dos altos índices de assassinatos de mulheres.

No lar

Segundo dados do mapa, cerca de 68% dos homicídios são cometidos na residência da vítima. Isso porque, em 86,2% dos casos, o assassino é alguém da família ou próximo a ela. Os parceiros ou ex-parceiros respondem pelo índice mais alto (42,5%), sendo que, entre mulheres de 20 a 49 anos, eles são responsáveis por 65% das agressões. O segundo maior agressor é um amigo ou conhecido (16,2%) da vítima.

Na faixa etária entre 10 a 14 anos, o pai é o principal responsável pelas agressões contra meninas. Até os 9 anos, esse título fica com a mãe. A partir dos 60 anos, são os filhos que assumem o lugar

de carrascos da mãe em casa.

Desde 2009, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, é obrigado a registrar todos os casos de crianças, adolescentes, mulheres e idosos atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em decorrência de maus-tratos ou violência. Em 2011, o sistema notificou 73.633 atendimentos. Aproximadamente duas em cada três dessas pessoas socorridas pelo SUS são mulheres.

Segundo o mapa, as notificações do Sinan representam apenas a ponta do *iceberg* das violências cotidianas, pois são registrados somente os casos de pessoas que recorrem ao SUS para receber atendimento e, ao mesmo tempo, declaram abertamente que foram agredidas. “Por baixo dessa ponta visível, um enorme número de violências domésticas nunca chega à luz pública”, avalia o documento.

CPI denuncia falta de estrutura para atender mulheres em situação de risco

Criada em fevereiro, a CPI mista que investiga a violência contra a mulher já realizou 18 audiências públicas em Brasília e em sete estados para ouvir representantes do Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e associações de proteção às mulheres. Com previsão de encerramento neste mês, a CPI deve prorrogar suas atividades por mais 180 dias, antes de divulgar o relatório com o diagnóstico do problema e as recomendações a ser feitas pela comissão.

Uma das conclusões, no entanto, parece já ser ponto pacífico entre os que se dedicam ao assunto: um dos principais problemas é a carência de instrumentos públicos para proteger a mulher e punir o agressor. E os que existem são insuficientes ou ineficientes.

Em audiência da comissão, a secretária nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, informou que menos de 10% dos municípios têm serviços especializados em atender vítimas de violência. Segundo ela, há no país 963 unidades de atendimento à mulher, como delegacias, centros de referência, juizados especiais e abrigos. Só que grande parte delas está concentrada nas

capitais. Interior e zona rural praticamente não possuem rede de atendimento.

Para enfrentar o problema, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM), Eleonora Menicucci, defendeu mais recursos para as ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Lançado em 2007, o pacto prevê planejamento e execução de ações integradas entre governo federal, estados e municípios para combate à violência contra a mulher.

De 2007 a 2011, a União investiu R\$ 132,5 milhões no pacto, um aumento, segundo a ministra, de 500% em relação ao período 2003–2006. Entretanto, Eleonora defendeu que estados e municípios não podem depender somente de repasses federais: — A violência acontece no município e no estado. Então, a rede tem de estar lá.

Dados e cultura

Outros problemas, no entanto, também são apontados. Entre eles, está a falta de dados confiáveis na área de segurança pública. A presidente da CPI mista, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), lembrou que o Brasil não possui banco de dados centralizado sobre violência, inclusive

contra a mulher, o que é um obstáculo à formulação de políticas públicas na área de segurança.

A solução para o problema pode vir em breve com a sanção do Projeto de Lei 4.024/12, do senador Magno Malta (PR-ES), aprovado em junho pela Câmara. A proposta cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública (Sinesp), que unifica a metodologia de informação e vincula a liberação de verbas para os estados ao envio de dados para o sistema.

E, por trás desses problemas, está, ainda, a questão cultural. Conforme alerta o *Mapa da Violência*, altos índices de homicídios femininos são acompanhados, frequentemente, de níveis elevados de tolerância à violência contra a mulher.

É o que acredita também a professora Lia Zanotta, da Universidade de Brasília (UnB). Para ela, a sociedade brasileira legítima determinadas formas de violência contra a mulher. Até a condenação do estupro, segundo Zanotta, ainda depende da visão moral que se tem da vítima. A professora denuncia que existe uma concepção enraizada no Brasil de que os homens têm controle e posse sobre as mulheres.

Contra a violência

▶ **PLS 37/10**, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), determina que o **inquérito policial**, em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, deve ser concluído no máximo em 48 horas, esteja o réu solto ou preso. Em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

▶ **PLS 136/11**, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), cria mecanismos para prevenir, coibir e punir a **discriminação** contra a mulher e estabelece medidas de proteção e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural ou urbano. Em análise pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

▶ **PLS 109/12**, de Jayme Campos (DEM-MT), cria o **Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas**, que concede um salário mínimo, por 12 meses, a mulheres que, por causa da violência doméstica, tiveram de deixar seus lares. Também prevê capacitação profissional. Em análise pela CAE.

▶ **PLS 74/12**, da então senadora Ivonete Dantas, inclui nos currículos dos **ensinos fundamental e médio** conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso. Em análise na Comissão de Educação.



Festa do Dia das Mães em casa-abrigo do Distrito Federal: maior parte dos homicídios contra mulheres é cometida na casa da vítima

Dicas para identificar o agressor

- Agredir a mulher na maior parte do tempo.
- É ainda mais agressivo quando está bêbado ou drogado.
- Acusa a mulher constantemente de ser infiel.
- Desencoraja a mulher a manter relações familiares e de amizade.
- Priva a mulher de trabalhar e de estudar.
- Crítica a mulher por pequenas coisas.
- Controla as finanças, forçando a mulher a comprar só o que ele acha importante.
- Humilha a mulher na frente dos outros.
- Destroi objetos pessoais e de valor sentimental da mulher.
- Agredir e espanca os filhos da mulher.
- Usa ou aponta alguma arma contra a mulher.
- Obriga a mulher a ter relações sexuais contra a vontade.

Fonte: Cartilha da OAB/SP

Lei Maria da Penha não diminuiu a violência, constata levantamentos

Quase seis anos depois de promulgada, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) não foi capaz de diminuir a violência contra a mulher. Essa é a constatação do *Mapa da Violência — homicídios de mulheres no Brasil* e também dos parlamentares e colaboradores da CPI mista.

No primeiro ano de vigência da lei, em 2007, as taxas apresentaram um leve decréscimo em relação ao ano anterior, passando de 4,2 para 3,9 mortes em 100 mil mulheres. Mas já em 2008 o índice retorna ao patamar anterior, no qual irá permanecer.

Para a relatora da CPI mista, senadora Ana Rita (PT-ES), a lei vem enfrentando resistências, sobretudo por parte dos magistrados, que dão interpretação subjetiva ao texto legal. Entre os argumentos empregados por eles para não fazer valer a legislação, está, por exemplo, o de que a lei pode “esvaziar os lares brasileiros”.

A senadora citou o caso de Renata Rocha Araújo, assassinada em maio, aos 28 anos, pelo ex-companheiro, em Belo Horizonte. Segundo Ana Rita, Renata teve dois pedidos de medidas protetivas negados pelo juiz da 13ª Comarca de Belo Horizonte,

porque a Lei Maria da Penha não teria sido criada, segundo ele, para acabar com o casamento ou com a família.

— A lei foi criada, sim, para proteger as mulheres. Que visão de família têm os juizes que ignoram a violência praticada dentro do lar? — questionou a senadora.

O mesmo acontece em delegacias, segundo a professora Wânia Pasinato, da Universidade de São Paulo (USP). Ela afirma que os profissionais, mesmo em delegacias especializadas, não estão capacitados para enfrentar a violência de gênero e fazem atendimentos orientados por concepções pessoais sobre o assunto.

Em diligência ao Rio Grande do Sul, a CPI constatou outro tipo de violação praticada pelo Judiciário à Lei Maria da Penha: a realização de audiências de conciliação e suspensão condicional do processo em casos de violência familiar e doméstica contra mulheres. Na avaliação da senadora Ana Rita, essas medidas reforçam o sentimento de impunidade que grande parte das mulheres em situação de violência tem em relação à Justiça brasileira

— A lei veda o uso desses instrumentos, pois, ao

promover a conciliação, as mulheres retornam à convivência com o agressor e muitas acabam assassinadas. É comum mulheres não denunciarem por medo de não ter a garantia da punição — completou Ana Rita.

Para ajudar a resolver esse problema, a senadora disse que vai propor, em seu relatório, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) capacite os juizes para aplicar a Lei Maria da Penha.

Ação penal

A senadora considerou, no entanto, um avanço a decisão, tomada em fevereiro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que o Ministério Público pode dar início à ação penal, fundamentada na Lei Maria da Penha, sem necessidade de representação da vítima.

Em visita da comissão ao STF, ela lembrou também que um dos principais problemas para o combate à violência contra a mulher é a carência de varas especializadas. Já a presidente da CPI mista, Jô Moraes, ressaltou a necessidade de reforçar o conteúdo da Lei Maria da Penha porque alguns juizes ainda insistem na mediação como enfrentamento das agressões.

A quem pedir ajuda

▶ A Lei Maria da Penha especifica cinco formas de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Caso você se sinta vítima



de uma ou mais dessas formas de violência, o primeiro passo é ligar para a **Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180**. A central dispõe de profissionais preparados para orientar e indicar serviços da rede de atendimento à mulher no estado onde você mora, como delegacias especializadas, centros de referência e organizações não governamentais dedicadas a apoiar mulheres em situação de violência. Em 2011, o Ligue 180 recebeu quase 2 mil ligações por dia. O número também está acessível a brasileiras que morem na Itália, Portugal e Espanha.

Saiba mais

Secretaria de Políticas para as Mulheres
<http://www.sepm.gov.br>

CPI Mista da Violência contra as Mulheres
<http://bit.ly/HyKuE7>

Mapa da Violência 2012
<http://bit.ly/amb3EU>

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher — DataSenado
<http://bit.ly/Mh3Tcr>

Cartilha sobre Violência contra a Mulher — OAB/SP
<http://bit.ly/H5bP2D>

Cartilha Não Violência Doméstica — Instituto Avon e Associação Palas Athena
<http://bit.ly/Lc062q>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Pesquisa realizada pelo DataSenado já indicava crescimento da agressão

O aumento da violência contra a mulher também foi sinalizado em pesquisa realizada pelo DataSenado, em 2011. A cada dois anos, desde 2005, o serviço de pesquisa do Senado ouve a opinião feminina sobre a violência de gênero no Brasil, para fornecer subsídios para debates e projetos dos senadores. Das 1.352 mulheres entrevistadas em todo o Brasil, 66% entenderam que houve aumento da violência. Ao mesmo tempo, 60% sentiram

que estão mais protegidas após a criação da Lei Maria da Penha. O conhecimento sobre a lei também aumentou: 98% disseram já ter ouvido falar nela, contra 83% em 2009. Mas a lei ainda gera opiniões contraditórias. Para as entrevistadas, conhecer a lei não faz com que as vítimas denunciem a agressão. Cerca de 68% afirmaram ter medo de retaliação por parte do agressor. Já 64% disseram que o fato de não ser possível retirar a queixa na

delegacia, em caso de arrependimento, faz com que as mulheres deixem de denunciar. A pesquisa também perguntou a opinião das mulheres sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiu, no âmbito da Lei Maria da Penha, a troca da pena de prisão por pena alternativa nos casos em que a condenação for inferior a um ano. Para 79% das entrevistadas, a decisão enfraquece a lei.

Silêncio

A cada cinco mulheres entrevistadas, uma declarou já ter sofrido algum tipo de violência doméstica e familiar. O DataSenado perguntou, então, quando elas decidiram pedir ajuda contra as agressões. Apenas 36% disseram ter procurado ajuda na primeira agressão; 29% disseram não ter procurado ajuda; 24% pediram ajuda após a terceira agressão, 5% na segunda; e 5% não responderam.

Quando questionadas sobre o que fizeram após a última agressão, 23% das mulheres ouvidas disseram não ter feito nada. As razões para essa atitude, segundo elas, são: preocupação com criação dos filhos (31%); medo de vingança do agressor (20%); vergonha da violência sofrida (12%); achar que seria a última vez (12%); dependência financeira (5%); achar que não haveria punição (5%); e outros motivos (17%).

Ex-parlamentar e poeta paraibano morreu em casa no sábado, aos 76 anos. Sofria de câncer no pulmão, diagnosticado em 2011

Congressistas lamentam a morte do ex-senador Ronaldo Cunha Lima

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney (PMDB-AP), e os três senadores pela Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Vital do Rêgo (PMDB-PB), manifestaram pesar pela morte do ex-senador Ronaldo Cunha Lima, no sábado, em João Pessoa. O poeta e político paraibano tinha câncer no pulmão, diagnosticado em 2011, e morreu em casa, aos 76 anos. Pai do senador Cássio Cunha Lima, ele recebeu homenagens também no Plenário, ontem.

“Morre, com Ronaldo Cunha Lima, uma das grandes expressões humanas e políticas do nosso tempo”, afirmou Sarney, em nota. No Plenário, Sarney lembrou o mandato de Cunha Lima na Casa, de 1995 a 2003. O presidente do Senado citou especificamente a atuação do ex-senador contra a privatização da Petrobras, quando isso foi cogitado no governo

Fernando Henrique Cardoso. — Foi uma voz firme em favor da empresa. A ideia não prosperou, em grande parte, pela posição tomada por ele.

A memória do político paraibano foi reverenciada também pelo seu filho, com duas postagens no Twitter. Inicialmente, Cássio Cunha Lima escreveu: “Os poetas não morrem! O poeta Ronaldo Cunha Lima, após uma vida digna, descansou”. Posteriormente, postou: “Louvamos a Deus pela bela existência do poeta Ronaldo e agradecemos a todos por toda solidariedade”.

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ao Senado requerimento de voto de pesar e citou frases célebres do poeta paraibano. Também mencionou um *habeas corpus* no qual Cunha Lima escreveu: “Mande soltá-lo pelo amor da noite, que se sente vazia em suas horas, para que volte a sentir o terno açoitado de suas cordas



Sarney lembra a luta de Cunha Lima contra a privatização da Petrobras

leves e sonoras”.

José Agripino (DEM-RN) elogiou a atuação de Cunha Lima como prefeito de Campina Grande (PB) e disse que a festa de São João da cidade, que virou grande evento da Paraíba e do país, foi obra dele.

— Homem honesto, probo, sério e decente. Homem de poucas posses — sintetizou o senador.

Agripino lembrou que Cunha Lima e ele foram governadores de estados vizinhos na mesma época.

Ronaldo Cunha Lima morreu dois dias depois de receber a visita de Vital do Rêgo. Como última homenagem ao “grande homem público”, o senador registrou em seu Twitter: “A Paraíba perde um dos importantes líderes políticos de sua história. Que Deus console os que pranteiam de saudade e cultivam memória do poeta Ronaldo”.

Cícero Lucena lamentou a morte do ex-senador afirmando ter perdido “um amigo-irmão”.

— Que o nosso Ronaldo Cunha Lima descanse em paz, esse homem que me iniciou na política e que tanto me ensinou — declarou Cícero.



Ronaldo Cunha Lima foi senador, governador, deputado e vereador

Paraibano construiu quase 50 anos de carreira política

Ronaldo Cunha Lima, que morreu no último sábado, vítima de um câncer no pulmão, nasceu em 18 de março de 1936, em Guarabira (PB). Entrou na vida pública aos 23 anos, quando foi eleito vereador por Campina Grande. Ao longo de quase 50 anos na política, exerceu ainda os cargos de deputado estadual, prefeito de Campina Grande, governador da Paraíba, senador e deputado federal.

Sua gestão em Campina Grande ficou marcada pela construção do Parque do Povo, espaço que se tornou palco da festa de São João da cidade.

A trajetória política foi encerrada em 2007, ano em que renunciou ao mandato de deputado federal. A atitude foi justificada, à época, pela decisão de abrir mão do foro privilegiado garantido aos parlamentares para responder, como cidadão comum, ao crime de tentativa de homicídio contra o ex-governador paraibano Tarcísio Buriti, ocorrido em 1993.

A renúncia aconteceu dias antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar a ação penal contra Cunha Lima. O processo acabou sendo enviado à Justiça da Paraíba.

O ex-senador também deixou dezenas de livros publicados, produção que lhe rendeu, em 1994, uma cadeira na Academia Paraibana de Letras.

Aloysio Nunes Ferreira apresenta voto de pesar

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou voto de pesar pela morte de Ronaldo Cunha Lima, que classificou como uma das figuras “mais extraordinárias da política brasileira contemporânea”.

Ele contou que conheceu Cunha Lima quando ele lhe fez uma visita de cortesia em 1990, época em que ambos estavam se preparando para disputar as eleições para o governo de seus estados.

Aloysio afirmou ainda que o paraibano foi um grande poeta, que conseguia conciliar o lado “duro, objetivo, claro e conciso” de administrador e político, com o lado lírico.

Vital destaca a grande capacidade criativa

Ao homenagear Ronaldo Cunha Lima, Vital do Rêgo afirmou que jamais viu outro homem com tamanha capacidade criativa.

— Hoje, na condição de seu amigo, mas também de histórico adversário, venho falar sobre ele do alto da minha insuspeição — destacou.

O senador falou sobre a trajetória de Cunha Lima, de vendedor de jornais e garçom até governador e senador, e ofereceu os pêsames à família.

— Que esta palavra seja o retrato em preto e branco do que eu vi, li e senti e da comoção da Paraíba pelo falecimento de Ronaldo — disse.

Anibal lembra a trajetória profissional

Anibal Diniz (PT-AC) disse que Ronaldo Cunha Lima “nasceu poeta” e construiu uma carreira brilhante. Foi líder estudantil e se deixou tomar pela paixão política, nunca perdendo uma eleição desde que se fez vereador em Campina Grande, no final da década de 1950.

O senador lembrou o episódio da cassação de Ronaldo Cunha Lima como prefeito, em 1969, quando teve que, “numa reviravolta forçada, tirar da parede seu diploma de advogado e militar nos fóruns de São Paulo e Rio de Janeiro”.

Em aparte, Casildo Maldaner (PMDB-SC) prestou solidariedade à família de Cunha Lima.



Aloysio cita conciliação do lado lírico com o político



Vital se diz amigo e também histórico adversário



Anibal conta que Cunha Lima nunca perdeu eleição

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Falta de consenso adia relatório da MP do Código Florestal

Luiz Henrique (PMDB-SC) confirmou o adiamento para hoje da leitura de seu relatório sobre a Medida Provisória do Código Florestal (MP 571/12). O texto seria apresentado ontem na comissão mista criada para analisar a proposta, que preenche as lacunas deixadas pelos 12 vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados em maio.

Se o relatório de Luiz Henrique for aprovado na comissão mista que avalia relevância, urgência e constitucionalidade, o texto segue para votação na Câmara e no Senado.

Produtividade

O principal desafio no relatório, de acordo com o senador, é em relação à extensão das áreas de proteção permanente (APPs). Segundo Luiz Henrique, deputados alertaram que a combinação de APPs com reserva legal pode inviabilizar a produtividade em propriedades na Amazônia.

— Essa é uma das razões pela quais estou adiando a leitura para amanhã: para ver se a gente consegue uma redação que compatibilize esses interesses — assinalou o parlamentar, depois de reunião com representantes da bancada ruralista e ambientalista em seu gabinete, ontem.

Luiz Henrique informou que também tem mantido contato com dirigentes do governo a fim de costurar um acordo que viabilize a votação da medida provisória no Congresso.

Luiz Henrique tenta acordo entre ruralistas e ambientalistas



Geraldo Magela/Agência Senado



Deputado Sarney Filho, Filipe de Oliveira Chaves (Uerj), senador Paulo Paim, Roberto Vizentin (ICMBio) e Wendell Estol (Sea Shepherd): desenvolvimento sustentável

Rio+20 não obteve avanços na proteção dos oceanos, afirma ONG

Instituto Sea Shepherd apontou caça de tubarão e de baleia como problemas e afirmou que mares são controlados por “diversas máfias”

PARA WENDELL ESTOL, diretor-geral do Instituto Sea Shepherd no Brasil, a Conferência Rio+20 fracassou na questão dos oceanos. A avaliação foi feita ontem durante audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A posição de Estol ecoa parte das críticas dos movimentos ambientalistas, que defendiam medidas efetivas em relação aos oceanos. Ao protestar contra o adiamento de várias decisões sobre o tema para 2015, o ativista disse que “hoje os oceanos são controlados por diversas máfias”.

Como exemplo desse problema, Estol citou as restrições legais às atividades do presidente da Sea Shepherd, Paul Watson, que chegou a

ser preso este ano. Segundo Estol, as restrições seriam uma forma de limitar as ações de Watson, conhecido pela militância contra a caça às baleias.

Watson foi afastado da liderança do Greenpeace na década de 1970. Para a ONG, a atuação do ativista não estaria de acordo com seu compromisso de não violência.

Metas

Ao fazer uma avaliação geral da Rio+20, o deputado federal Sarney Filho (PV-MA) disse que o documento final da conferência foi “como uma declaração de princípios, pois não possui metas nem compromissos”.

— Não posso dizer que me frustrei com isso, porque já não esperava muita coisa — declarou Sarney Filho, acrescentan-

do que, quanto aos oceanos, “não houve avanço nenhum”.

O deputado, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, argumentou que a Rio+20 revelou um lado “não oficial” com os eventos paralelos à conferência. Para ele, essas atividades, que envolveram de indígenas a empresários, “demonstram que a luta pela sustentabilidade não é dos governos, mas da sociedade”.

Uma visão mais positiva do evento “oficial” foi apresentada por Yana Sobral, assessora extraordinária para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente. Ela listou diversas decisões adotadas durante a conferência, como a de criar um “fórum de alto nível sobre desenvolvimento sustentável”.

Yana explicou que todos os órgãos da ONU — nas áreas social, ambiental e econômica — terão de se submeter às diretrizes a serem fixadas por esse fórum, o que seria algo inédito.

Tubarões

Durante a audiência, o diretor do Instituto Sea Shepherd protestou contra o *finning* — prática pela qual se cortam as barbatanas do tubarão para vendê-las como iguarias. O animal é jogado de volta ao mar e acaba morrendo. Wendell Estol afirmou que essa prática, proibida inclusive no Brasil, “faz parte de uma máfia comandada a partir de Taiwan”.

A audiência pública da CDH foi conduzida pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

PEC dá ao Congresso poder de criar unidade de conservação

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que tira do Executivo a prerrogativa de criar unidades de conservação ambiental e demarcação de terras de indígenas, quilombolas e populações tradicionais foi criticada ontem pelo deputado federal Sarney Filho.

Ele participou de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, realizada para debater, entre outros temas, a perseguição a ativistas ambientais e a defesa do ecossistema no desenvolvimento sustentável.

Atualmente, a criação de áreas de conservação ambiental e a demarcação de reservas são feitas por decretos da União. A PEC 215/00 transfere esse poder para o Congresso. De acordo com Sarney Filho, o objetivo da mudança é impedir ou dificultar a

criação de novas unidades de conservação, parques, territórios indígenas ou de quilombolas.

— O Congresso não tem capacidade técnica de fazer um estudo adequado para essas criações, mas isso tem um intuito: o intuito é inter-

romper as criações [de unidades de conservação].

A proposta, que está sendo analisada pela Câmara dos Deputados, foi criticada também durante reunião da CDH no último dia 2. Na ocasião, índios e representantes de comunidades

indígenas acusaram a bancada ruralista de ser a principal patrocinadora dessas iniciativas.

O país conta com 312 unidades de conservação, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essas unidades estão divididas em dois grandes grupos: o de proteção integral e o de uso sustentável.

Segundo o presidente do ICMBio, Roberto Vizentin, a precariedade da regularização fundiária associada ao elevado número de conflitos nessas regiões compromete a consolidação das áreas de conservação.

— Ou teremos a capacidade de inseri-las e elevá-las ao centro do debate sobre o desenvolvimento do país ou faremos uma política marginal com dificuldade inclusive da consolidação das unidades já criadas — alertou Vizentin.

Brasil possui 312 reservas



Fonte: Ibama

Mais três estados terão rádio e TV digital do Senado

O Senado assina hoje com mais três assembleias legislativas — Pará, Roraima e Mato Grosso do Sul — protocolo de intenções para transmissões digitais da TV Senado, da Rádio Senado em FM e de TVs Assembleias nas capitais, para os próximos meses.

Os documentos serão assinados pelo presidente do Senado, José Sarney, a diretora-geral, Doris Peixoto, e os presidentes das assembleias do Pará, deputado Manoel Pioneiro, e de Roraima, deputado Chico Guerra. O presidente da assembleia de Mato Grosso do Sul, deputado Jerson Domingos, não pôde vir a Brasília por motivo de saúde e enviou o documento já assinado.

O Senado colocará à disposição das três assembleias todos os equipamentos necessários à retransmissão local dos sinais de televisão e cederá uma subcanalização. A tecnologia digital permite, no espaço de 6 MHz de um único canal, transmitir quatro canais independentes, que equivalem a quatro programações diferentes e plenas, de 24 horas de transmissão.

Contrapartida

As assembleias serão responsáveis pelo espaço para a instalação dos equipamentos e pela operação, guarda, limpeza e conservação dos abrigos. Um dos quatro canais transmitirá a TV Câmara, segundo acordo de reciprocidade.

O acordo prevê, ainda, a cessão de duas horas por dia da programação da Rádio Senado FM para as assembleias transmitirem notícias institucionais.

A TV Senado e a Rádio Senado têm como finalidade a transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional, além de divulgar as atividades realizadas nas dependências da instituição. A programação inclui noticiários, reportagens especiais, programas culturais e peças institucionais. Dessa forma, os veículos de comunicação do Senado contribuem para a transparência das ações legislativas ao divulgar informação sobre as discussões e a votação de projetos que têm repercussão na vida dos brasileiros.



Professores universitários, em greve desde 17 de maio, participam de passeata de servidores na Esplanada, em junho

Senadores pedem solução para greve de servidores

Cristovam Buarque e Benedito de Lira fazem apelos ao governo, a autoridades e a grevistas para que dialoguem e negociem o fim da paralisação em diversos órgãos federais, em especial nas universidades

“QUANDO A UNIVERSIDADE para, o país também para na produção do conhecimento. Que haja mais recursos, mas que haja transformação”, pediu Cristovam Buarque (PDT-DF), fazendo um apelo pelo fim da greve dos professores das universidades federais. Benedito de Lira (PP-AL) também pediu uma solução urgente para acabar com paralisação, que começou em 17 de maio.

— Creio que o governo ainda não percebeu que já entramos no século 21. Porque não se justifica uma greve de professores durar 60 dias. Aliás, nem a greve se justifica — disse Cristovam.

Segundo o senador, “os professores também não perceberam que estão no século 21, nem o prejuízo que causam ao país com uma greve tão demorada”.

Cristovam pediu que as universidades equilibrem a atenção dada aos cursos da área de humanas e aos da área científica e ressaltou considerar que as reivindicações dos



Para Cristovam e Benedito, retomada das atividades paralisadas é urgente

professores são justas.

Benedito de Lira destacou que, no país, pelo menos 26 setores estão em greve. Ele citou, na saúde, servidores da Fundação Nacional de Saúde e professores e funcionários dos hospitais universitários federais. Também lembrou a greve em ministérios, como o do Trabalho, da Agricultura, da Justiça e da Previdência Social, no Ibama, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), na Polícia Rodoviária Federal, no Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) e nos tribunais regionais eleitorais, “o

que pode afetar as eleições municipais de outubro”. Além deles, professores de 55 das 59 universidades federais, junto com trabalhadores técnico-administrativos e até as escolas técnicas.

Reivindicações

Para Benedito, em sua maioria, os pedidos não são exorbitantes: “apenas a aprovação de planos de carreira, reposições salariais devido à inflação, realização de concurso público e demandas por mais estrutura”.

— Que o diálogo seja fomentado e a questão seja resolvida — pediu.

Rolleberg celebra lei que regula colaboração do GDF



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) registrou sua participação na solenidade de sanção, pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, de lei que regulamenta a colaboração de interesse público entre o governo e instituições religiosas.

Rolleberg explicou que a lei permitirá que o governo do Distrito Federal (GDF) apoie eventos religiosos por meio de repasses de recursos, bem como pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços diretamente ou por empresas contratadas.

Como exemplo de eventos que poderão ser beneficiados, Rolleberg citou a celebração católica de Pentecostes, que a cada ano reúne mais de 1 milhão de pessoas; a encenação da Via Sacra em Planaltina; e a Chamada para Jesus, das igrejas evangélicas.

Paim: deficientes querem oportunidade, não privilégio

O Censo 2010, do IBGE, constatou que o Brasil tem 46 milhões de pessoas com deficiência, informou Paulo Paim (PT-RS). O senador afirmou que esses brasileiros não querem privilégios, mas sim oportunidades.

— Os números mostram a urgência da adoção de políticas públicas que estimulem a educação, a qualificação e o trabalho para as pessoas com deficiência — disse o senador ao afirmar que 24% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência mental, motora, visual ou auditiva.

Os dados mostram que 95% das crianças com deficiência, entre 6 e 14 anos, estão matriculadas em escolas. Trata-se de um dado positivo, avaliou Paim, pois a porcentagem entre as crianças sem deficiência é de 97%. Entretanto, ponderou Paim, 61,1% das pessoas com deficiência com idade a partir de 15 anos não têm instrução ou têm só o ensino fundamental incompleto.

Casildo defende investimento em infraestrutura

Casildo Maldaner (PMDB-SC) criticou ontem a estratégia adotada pelo governo para estimular o crescimento econômico. Ele avaliou como paliativas as medidas tomadas e afirmou que, para o crescimento ocorrer de fato, é preciso investir em infraestrutura, na reforma tributária e na revisão do pacto federativo.



Para o senador, a situação do país é preocupante. O produto interno bruto (PIB) subiu apenas 0,8% no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo período do ano passado. Além disso, a produção industrial teve retração pelo terceiro mês consecutivo. Ele concordou que o governo não está inoperante, mas criticou a opção por estimular o consumo como forma de assegurar o crescimento econômico. Para ele, o crescimento pela elevação do consumo pode surtir efeito imediato, mas tem pouca eficácia futura e ainda cria o risco de endividamento excessivo.

Viana critica decisão da CBF contra Rio Branco

Jorge Viana (PT-AC) criticou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) por ter punido o Rio Branco Football Club, do Acre, impedindo-o de participar da Série C do Campeonato Brasileiro.



A decisão da CBF foi tomada porque o Rio Branco acionou a Justiça comum, e não a Desportiva, contra decisão anterior da entidade de vetar o estádio Arena da Floresta — de propriedade do clube — para os jogos dos campeonatos nacionais das séries C e D. A suspensão do uso da Arena da Floresta foi solicitada pelo procurador de Justiça do Acre sob a alegação de que o estádio não tinha condições de receber público.

Viana protestou contra o fato de o Rio Branco ter sido prejudicado por outra decisão judicial, favorável a ação movida pelo Treze Futebol Clube, da Paraíba, a qual impediu novamente que o time disputasse o campeonato.